

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

ATA Nº 002 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO RIVA
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO J. BARRETO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Invocando a proteção de Deus, fonte inesgotável de sabedoria e Justiça, e havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Solene de instalação da 14ª Legislatura.

Esta Presidência designa uma Comissão formada pelos Deputados Rene Barbour, Nico Baracat e Benedito Pinto para conduzir as autoridades ao plenário. (PAUSA)
(NESTE MOMENTO, A COMISSÃO DESIGNADA PELA PRESIDÊNCIA FAZ ADENTRAR AO PLENÁRIO AS AUTORIDADES.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Convido o Senador Antero Paes de Barros, representando o Congresso Nacional, para fazer parte da Mesa.
(NESTE MOMENTO, O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS TOMA ASSENTO À MESA.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Convido a todos para que, em pé, possamos ouvir o Hino Nacional Brasileiro, executado pela Banda de Música do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, regido pelo cabo Ednaldo.
(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A Assembléia Legislativa sente-se honrada com a presença de todas as autoridades, a presença dos presidentes dos Poderes aqui representados.

Tenho a honra de dirigir-me aos Srs. Deputados, a Srª Deputada, aos Srs. Secretários de Estado, aos presidentes de órgãos, enfim, senhores e senhoras.

Em cumprimento às disposições constitucionais e regimentais, em nome da Mesa Diretora e demais membros do Poder Legislativo, legítimos representantes do povo mato-grossense, declaro instalado o primeiro período da 4ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura.

A reabertura dos trabalhos da Casa se faz no contexto de uma profunda discussão na sociedade, não só mato-grossense, mas do país como um todo, acerca de temas emergenciais ao atual processo de desenvolvimento socioeconômico da nação brasileira.

Esses temas, Senhores Deputados, Senhora Deputada, autoridades presentes, com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

certeza deverão ser o principal foco das atividades deste Poder, realçadas que serão pelo calor do período eleitoral que se aproxima, e que neste pleito primará pela total informatização, conquista da sociedade através da pertinácia e competência do Tribunal Regional Eleitoral do nosso Estado.

Temos a convicção de que as transformações vitais que a maioria da população tanto anseia na redução dos profundos paradigmas sociais que supliciam nossa gente, fundamentam-se na edificação de uma consciência construtiva, através da definição de uma agenda institucional, ou seja, a conclamação de todos os segmentos sociais organizados para os avanços efetivos que a atual conjuntura exige e nos permite realizar. Temos a obrigação de interferir na realidade social de Mato Grosso com todos os instrumentos legais, institucionais e de mobilização que estiverem ao nosso alcance, além daqueles que pudermos criar.

Essa agenda institucional a que nos referimos depende basicamente da parceria e do esforço de articulação a ser empreendido.

Entendemos que deve fazer parte desta agenda a continuidade das políticas de incentivo aos setores produtivos, brilhantemente conduzidas pelo Governador Dante de Oliveira. A importância de tais políticas de incentivo ao desenvolvimento do Estado é diretamente responsável por notáveis avanços, confirmados pelos números apresentados pelos setores produtivos nos últimos anos. Nessa questão a participação da Assembléia Legislativa foi significativa, através da aprovação, Sr. Governador, de programas essenciais como o PRÓ-ALGODÃO, PRÓ-COURO E PRÓ-MADEIRA, além da aprovação do Programa de Perenização de Travessias, com a construção de pontes de concreto nos principais corredores de escoamento da nossa produção – e que, com certeza, terão continuidade garantida sob a gestão do futuro Governador Rogério Salles.

Cabe aqui ressaltar que todo modelo de desenvolvimento que esteja ou venha a ser implantado em Mato Grosso passa pela urgente definição do zoneamento agroecológico do Estado, discussão que vem embasada pela experiência do PRODEAGRO, e agora do programa BID-Pantanal, os quais serão as bases para qualquer política nesse sentido.

Da mesma forma há a necessidade da ampliação dos recursos para a pesquisa na esteira da criação da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, proposta apresentada pelo Legislativo e louvavelmente assimilada pelo Governo do Estado. Nesse ponto torna-se imprescindível a cooperação franca e clara com entidades do porte da Fundação Mato Grosso, EMBRAPA, SEBRAE, FAPEMAT, universidades, Banco do Brasil, que faz um trabalho social espetacular em Mato Grosso, e demais instituições de ensino e pesquisa do Estado e organizações não governamentais.

Outro ponto importante diz respeito à implantação gradual e segura do sistema intermodal de transportes, calcanhar de Aquiles da nossa economia, retardada por indecifráveis obstáculos embutidos em estudos de impacto ambiental que retardaram a implantação definitiva das hidrovias Rio das Mortes/Araguaia/Tocantins e Paraguai/Paraná, e do cumprimento do cronograma de construção das usinas termelétricas e hidrelétricas, além da ativação do gasoduto Bolívia-Brasil, que nos possibilitarão a tão sonhada auto-suficiência em energia. Merece destaque aqui os inegáveis benefícios já gerados pela Usina de Manso e os trabalhos iniciais, com vista à construção da Usina Couto Magalhães, sonho secular de nossa gente e exemplo magistral de otimização da equação impacto ambiental versus capacidade de geração.

Já a integração regional de nosso Estado tem suscitado paixões que extrapolam a razão, e hoje tem como pano de fundo o controverso projeto de lei do Senador Mozarildo Cavalcante, de Roraima, que propõe a criação do Estado do Araguaia e caminha a passos largos para sua efetivação

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

no Congresso Nacional, apesar das contradições geopolíticas e culturais que encerra. Não podemos correr o risco de erros já cometidos no passado e que prejudicaram por tantos anos Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa é uma questão, a divisão do Estado, que vai aflorar muito no período eleitoral deste ano. Essa integração desejada tem que levar em conta a delicada situação de nossos municípios.

Os sonhos de autonomia ensejados pela Constituição Cidadã de 1988 fazem frente a uma realidade de grandes responsabilidades e poucos recursos. A desproporção é tamanha que atualmente os municípios ficam com 4,59% de participação no bolo de arrecadação do país, ficando, dessa forma, praticamente reféns da liberação de recursos orçamentários do governo federal e dos programas estratégicos dos governos estaduais.

O municipalismo talvez ainda seja uma bandeira mal entendida pela população, mas que granjeia cada vez mais defensores. Em nosso Estado temos a felicidade de contar com uma entidade consolidada e atuante que é a Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM, cujo presidente, Prefeito Érico Piana, de Primavera do Leste, representa perfeitamente a seriedade, o espírito de trabalho e o amor a esta terra, por parte daqueles que para Mato Grosso vieram para a construção de um Estado economicamente moderno e socialmente justo.

A partir dessa realidade torna-se urgente a realização de uma ampla reforma constitucional, com ênfase na área tributária e político-partidária, que, por um lado, promova maior equilíbrio em termos de governabilidade entre as esferas do Poder Público e, por outro, proporcione maior legitimidade aos partidos políticos, inclusive com a implantação do voto distrital misto, visto por muitos como solução imprescindível para o combate às desigualdades regionais, principalmente as desigualdades políticas.

A questão indígena, tema central da Campanha da Fraternidade 2002, promovida pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, necessita ser profundamente debatida, acima das cicatrizes do passado, levando em conta a dimensão que a diversidade de etnias representa para nosso Estado.

Outro tema de consenso em todos os meios apresenta-se tal qual pedra angular da sociedade brasileira. Deparamo-nos com um desafio às instituições, qual seja, a busca de saídas eficientes para a questão da segurança pública. Entendemos que a responsabilidade sobre o tema seja de toda a sociedade, pois seus componentes estão em todos os campos da vida nacional, permeados por um processo cultural que certamente exigirá sacrifícios e uma profunda determinação política dos poderes constituídos, além da participação sistemática e corajosa da população.

Nesse sentido, o Congresso Nacional propôs a formação de Comissão Parlamentar Mista, composta por 38 membros que serão designados nesta tarde, com o objetivo de analisar os 249 projetos em tramitação na Câmara Federal e Senado, que tratam do combate à violência, entre os quais aqueles que ampliam a competência das guardas municipais, a unificação das polícias, a redução da maioria penal e a limitação da comercialização de armas de fogo - a referida comissão terá sessenta dias para a apresentação de uma pauta para colocar em votação no Plenário do Congresso Nacional.

E aqui a Assembléia Legislativa prestará sua colaboração, realizando em breve um seminário, reunindo representantes desta Comissão: criminalistas, autoridades estaduais da área da segurança, polícia federal, Exército brasileiro, representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Ministério Público Estadual e Federal, Associação Mato-grossense dos Magistrados, além da Associação dos Municípios, União das Câmaras Municipais e lideranças comunitárias, dentre outros.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

Senhor Governador, o momento que atravessamos tem que ser assimilado como um divisor de águas no curso do fortalecimento de nosso espírito de nação. Todos concordam que o crescimento da criminalidade vem sendo alimentado pelo reator atômico do tráfico de drogas. Um círculo vicioso que envolve uma juventude carente de valores positivos, vítima da ideologia do consumo de massa, do desemprego e do abismo que separa as classes sociais no Brasil. Também faz parte do quadro a paradoxal divisão de competências no combate à criminalidade entre as esferas municipais, estaduais e federais, além de um sistema correcional gigantesco, oneroso e ineficiente, criado que foi por uma legislação penal ambígua, instrumento de injustiças e omissões imperdoáveis.

Grande número de excelentes propostas e louváveis iniciativas já foi apresentado. Porém, elas jamais se complementarão e não nos garantirão um futuro confiável sem uma dedicação absoluta na socialização de nossos jovens, através da educação, do esporte, da cultura, da capacitação profissional e, antes de tudo, da ampliação do mercado de trabalho. Pode-se dizer que isso seja óbvio, mas não adianta vencer a guerra se os sobreviventes continuarem permeados pelo ódio, pela falta de perspectivas concretas de crescimento e vida, sem o sentimento de grupo, de comunidade que lhes é usurpado pela delinquência e pela estrutura do crime organizado.

Ações desenvolvidas pela Fundação Siminino, Programas Irmão Sol, Irmã Lua, Jovem Empreendedor, entre outros, merecem o devido destaque. Nesse ponto, propomos a retomada das discussões acerca do conteúdo programático da grade curricular do ensino, nos níveis fundamental e médio, com maior direcionamento à formação do sentimento de cidadania, pois muitos jovens que hoje adentram uma universidade, saem sem a consciência plena de seus direitos e deveres, da estrutura do Estado, das questões ambientais e até mesmo da legislação de trânsito, para citar um exemplo.

Já como forma de atrair esses jovens, nada como a valorização de uma vida saudável proporcionada pelo esporte. Ao tocar nesse ponto, peço licença ao Senhor Governador, para reivindicar a Vossa Excelência atenção especial na apreciação prévia do projeto de lei, proposto pelos Deputados José Riva, Eliene Lima e a nossa pessoa, já em tramitação nas comissões desta casa, acerca da criação de uma lei estadual de incentivos fiscais ao esporte, nos moldes da lei de incentivos à cultura em vigor, que tem trazido excelentes resultados para o setor, porém vencendo diversas etapas em sua elaboração e avaliação que nos permita sua regulamentação em prazos exequíveis.

Essa agenda institucional a que nos referimos, Senhor Governador, vem sendo cumprida integralmente por este Poder Legislativo. Gostaríamos de mais uma vez manifestar o nosso orgulho por participar de uma legislatura tão atuante. A consolidação do processo de democratização da discussão das questões orçamentárias já é um marco em direção ao orçamento participativo, que deixou de ser bandeira exclusiva dos partidos de esquerda, mas um pré-requisito para a modernização e a transparência de nossas instituições. Aqui, há de se salientar a decisão política e o empenho do Governo do Estado, através da equipe da Secretaria de Planejamento que, em estreita sintonia com a Assembléia Legislativa e os Senhores Prefeitos, possibilitou levantar essa discussão nos principais pólos regionais do Estado nos últimos anos.

E aqui eu quero fazer um agradecimento ao Dr. Guilherme Müller e ao Secretário Jango, pela presteza com que nos últimos três anos fizeram esse trabalho de parceria com a Assembléia Legislativa.

Outra iniciativa louvável desta Casa está na criação do *Programa Jovem Cidadão*, mais conhecido como *Parlamento Mirim*, que trabalhará na formação de novos líderes na faixa etária de 15 a 18 anos, em todos os rincões do Estado, os quais deverão defender nesta Casa as bandeiras da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

juventude e do espírito de cidadania.

Não poderíamos nos esquecer, também, do crescimento do número de manifestações que tem encontrado abrigo nesta Casa de Leis. Neste particular, merece destaque o papel imprescindível assumido pelo Legislativo na mediação de conflitos que poderiam trazer conseqüências imprevisíveis ao Estado. Basta lembrar a questão salarial dos policiais civis e militares, solucionada sob mediação desta Casa. Pouco depois assistimos a cenas de violência generalizada em Tocantins e Pernambuco, que felizmente pudemos em Mato Grosso, a tempo e com o diálogo, evitar.

Também intermediamos com absoluto sucesso o fim da greve na educação pública. Em seguida, conseguimos abrir o diálogo entre o Tribunal de Justiça e seus servidores, que haviam paralisado suas atividades por mais de dois meses, até encontrarem nesta casa o apoio necessário à solução do impasse, com a colaboração e a compreensão do eminente Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Isso sem falar, Senhoras e Senhores, na aprovação dos subsídios para inúmeras categorias profissionais. Pela primeira vez, o conjunto de servidores, que habitualmente é contra o governo e as políticas governistas, passou a partilhar conosco das discussões, e aí tivemos consideráveis avanços.

Também o planejamento estratégico visando o pleno desenvolvimento econômico do Estado passou necessariamente pela Assembléia Legislativa em 2001. Além dos programas de incentivo já citados, as autorizações legislativas para que o povo decida, em 2002, sobre a emancipação política de diversos municípios, em todos os quadrantes de Mato Grosso demonstram a preocupação deste Poder com o futuro geoeconômico do Estado.

De suma importância também foi a atuação desta Casa como fiel defensora da legalidade. As Comissões Parlamentares de Inquérito do Narcotráfico, Combustíveis e da Compra de Votos aqui instaladas investigaram crimes de enorme magnitude contra a sociedade. Todo este trabalho tem sido, nesta Legislatura, divulgado com extrema competência pela equipe da Secretaria de Imprensa, que ora conclui com êxito a implantação do sistema de informações da Assembléia Legislativa, com destaque para a inauguração da TV Assembléia, Canal 36, Via Cabo, que neste momento transmite esta Sessão ao vivo para mais de vinte mil pessoas em Cuiabá e em Várzea Grande, através da integração das mídias jornal, rádio, internet e televisão, veículos estes que colocarão todo o povo de Mato Grosso a par do importantíssimo papel exercido por esta instituição para o desenvolvimento do Estado.

Queremos, na oportunidade, comunicar que já no próximo mês, mês de março, estaremos inaugurando o nosso espaço Interlegis, sistema coordenado pelo Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, num trabalho com nossa Escola do Legislativo. Estaremos oferecendo aos Parlamentares, aos servidores da Casa e à sociedade em geral uma sala de multiuso, com vinte computadores, e uma sala de vídeo-conferência, que possibilitarão a reciclagem e o treinamento, além da otimização do intercâmbio entre o Senado, a Câmara Federal e as Assembléias Legislativas dos Estados, um trabalho já levado a cabo pela União Nacional dos Legislativos - UNALE, que certamente será um instrumento extraordinário para a aproximação da atividade parlamentar.

Possivelmente no mês de março estarão no Rio Grande do Sul todos os Presidentes de Assembléias Legislativas, discutindo com o Ministro da Comunicação a possibilidade de jogarmos, via satélite, as imagens de nossas TVs Assembléias.

E aqui, Senhoras e Senhores, cada Parlamentar tem um amplo direito de defender a suas ideologias. Não há censura, em momento algum, a nenhum Parlamentar sobre as suas convicções políticas. Certamente, cada um arca com aquilo que passa para o povo, mas a liberdade de imprensa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

aqui é extraordinariamente ampla.

Este relato, Senhoras e Senhores, é para reafirmar a satisfação que temos de ser parte desta história. Poderíamos, em 2002, ao terminar mais este mandato, ir para casa com a consciência tranqüila e o pleno sentimento de Parlamentar, realizado em três consecutivos mandatos. Muito mais realizado pelo aprendizado diário que aqui tivemos, nesta troca mútua de trabalho político, de trabalho técnico e, principalmente, de articulação. Inquestionavelmente, esta é uma casa de articulação. Mais que isso, esta é uma casa de ensinamento, de aprendizado, que nos enche da ímpar satisfação de contribuir para o crescimento de Mato Grosso. Muito obrigado. (PALMAS)

Conforme preceitua o Regimento Interno desta Casa, concedo a palavra ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, para proceder à mensagem governamental.

O SR. DANTE MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado Estadual Humberto Bosaipo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em nome de quem eu cumprimento todos os Deputados da Casa; Rogério Sales, Vice-Governador do Estado de Mato Grosso; Desembargador Leônidas Duarte Monteiro, Presidente do Tribunal de Justiça; Senador da República Antero Paes de Barros; Dr. Guiomar Teodoro Borges, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso; Conselheiro Branco de Barros, Presidente do Tribunal de Contas; cumprimento também todos os integrantes da imprensa, aqui presentes - escrita, falada, televisada -; Senhores Deputados:

Tenho a grata satisfação de encaminhar à apreciação desta augusta Casa o Relatório Anual da Ação Governamental relativo ao ano de 2001, que sintetiza as ações do nosso Governo nas mais diversas áreas da administração pública.

A gestão do Estado, a nós confiada pela sociedade mato-grossense desde 1995, pode ser visualizada nas etapas que consolidam o trabalho desenvolvido. A primeira é caracterizada pela forma e estruturação da máquina administrativa, com o redesenho do papel do Estado, direcionando-o para suas funções prioritárias, o que resultou numa significativa redução do seu tamanho. Isso se deu por meio dos processos de fusão, extinção, privatização de órgãos, acompanhados da renegociação das dívidas estaduais.

Outra etapa, que podemos denominar como a da consolidação da reestruturação administrativa e da intensificação das ações modernizadoras, visando o ajuste fiscal necessário, deu ênfase ao sistema de planejamento e gerenciamento voltado para os resultados.

A operacionalização dos Programas de Ajuste Fiscal e de Reforma e Modernização proporcionou economia aos cofres públicos e conteve o processo de crescimento vegetativo do montante da dívida estadual, que foi renegociada e hoje compromete 19% de nossas receitas correntes líquidas - eu digo "ainda", porque ainda está alto.

Para colocar essas medidas em prática, teve papel decisivo o Programa de Reforma do Estado, em execução com financiamento do BIRD-Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial, e a implementação do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal dos Estados, o PNAFE, em parceria com o BID e Governo Federal.

São ações estruturantes que nos levam à construção de um futuro promissor, consolidando uma proposta de desenvolvimento sustentado em todas as suas dimensões: sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, rumo à transformação produtiva do Estado, com equidade social, com ênfase no aperfeiçoamento das políticas públicas setoriais.

O balanço que apresentamos do ano 2001 demonstra os avanços do nosso Governo, principalmente no que diz respeito ao equilíbrio das contas públicas, sinalizando positivamente no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

sentido de darmos continuidade à execução do nosso Plano de Metas.

A evolução dos principais indicadores sociais e econômicos de Mato Grosso aponta, efetivamente, que estamos no caminho certo. Mato Grosso, no período de 1995-2001, apresentou uma evolução positiva em todos os indicadores de desenvolvimento humano - expectativa de vida ao nascer, taxa de analfabetismo, taxa de matrícula no Ensino Fundamental e no Ensino Superior, e renda média familiar, proporcionando com isso uma melhoria no nosso IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

Aqui eu abro um parêntese para dizer que a meta do Estado - eu não falo que é do nosso Governo, tem que ser do nosso Estado, da sociedade - é crescer de 2000 até 2003 mais 8% no Índice de Desenvolvimento Humano, para atingirmos a média nacional. E lógico que eu estou falando ainda dos índices calculados por indicadores até alguns dias atrás, porque - talvez os Senhores Parlamentares tenham acompanhado pela imprensa - mudou-se o cálculo desses índices, colocando-se novos indicadores. Então, agora, é preciso que a equipe de planejamento recalcule para mim, para saber como fica a nossa meta para 2003.

O Produto Interno Bruto estadual registrou, por dois anos consecutivos, de 1998 sobre 1997, e de 1999 sobre 1998, o maior índice de crescimento do país, alcançando no último período apurado, de 1999 sobre 1998, o percentual de 8.72%, enquanto o PIB do Brasil teve um índice de crescimento de apenas 0,81%. Eu acho que esse número fala por si só o que é Mato Grosso de hoje, o que é a economia de Mato Grosso, porque ela é tão, hoje, respeitada e vem sendo acompanhada não só por olhos nacionais como também por olhos internacionais.

Mato Grosso hoje é o maior produtor nacional de soja - com 9,3 milhões de toneladas -, e na próxima safra nós devemos passar de 10 milhões, se não atingirmos quase 11 milhões de toneladas de soja.

Algodão: 520 mil toneladas, representando 58% da produção nacional. O segundo de arroz, com 1 milhão e oitocentos mil toneladas. O sexto produtor de cana-de-açúcar, com dez milhões de toneladas. E possui hoje o terceiro maior rebanho bovino do Brasil - já ultrapassamos Goiás, já estamos praticamente empatados com Minas Gerais, sendo que o rebanho bovino de Minas 60% é leiteiro, o nosso praticamente todo ele é de gado de corte. O último número que me foi dado pelo INDEA, pelos cálculos a partir dos registros de vacinação, já estamos com um rebanho 20,2 milhões de cabeças. Ou seja, cumprindo o que eu disse aqui da última vez que eu vim, que o nosso rebanho bovino vem crescendo a taxa mais de um milhão de cabeças por ano. No ano de 2001 nós cumprimos também com esse número o Estado de Mato Grosso.

As exportações mato-grossenses - pasmem! - passaram, de 1994, de 466 milhões de dólares para U\$ 1,395 bilhão, com incremento de 200% no período 1994 a 2001, sendo o décimo colocado de todos os Estados brasileiros. Esse incremento nas exportações, é importante frisar, indica que temos avançado não apenas no volume da produção, mas também na qualidade e na competitividade, pois só conquista mercado internacional quem oferece bons produtos a preços competitivos. Aqui eu quero saudar o setor privado, porque quem exporta não é o Estado, não é o Governo. O Governo estimula. O Governo incentiva. Agora, é o setor privado que mostra cada vez mais um conhecimento nesta área.

Mato Grosso, o que fez na área de exportação? Nós criamos, Sr. Presidente, dentro da Secretaria de Indústria e Comércio, a Secretaria Adjunta de Exportação, de Comércio Exterior. Portanto, nós temos o ex-Presidente da Federação das Indústrias, Dr. Ari Wojcik só cuidando de exportação - estimulando, reunindo, orientando os exportadores, principalmente os pequenas e médios

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

exportadores, que antigamente não sabiam nem como exportar.

O saldo da balança comercial de Mato Grosso em 2001 - este é um número fortíssimo em Mato Grosso também - atingiu o patamar histórico de US\$ 1,2 bilhão de dólares, que representa nada menos que 46% do superávit comercial conseguido pelo Brasil no ano passado, que foi de R\$ 2,6 bilhões. Ou seja, o nosso Estado respondeu por quase metade do superávit comercial brasileiro, uma contribuição significativa num momento em que o país luta para equilibrar as suas contas externas, e o Presidente até lança o jargão “Exportar ou Morrer, Exportar e Exportar”. Quer dizer, Mato Grosso vem colaborando também com o Brasil neste sentido.

Relataremos de forma sintética os resultados alcançados pelo nosso Governo a partir das metas e objetivos traçados.

Em nossa gestão temos sempre como referencial o Plano de Metas. Estabelecemos cinco objetivos e seis metas estratégicas de Governo interdependentes entre si, visando, como fim maior, promover o desenvolvimento da cidadania e melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Um dos objetivos estratégicos, o de assegurar o equilíbrio fiscal, foi alcançado em dezembro de 2000. Pela primeira vez conseguimos apresentar um resultado financeiro operacional positivo, com as receitas superando as despesas, o que é uma conquista de toda a sociedade mato-grossense, e que eu divido também com esta Casa de Leis, que tanto nos ajudou a forjar todo esse projeto de reengenharia do Estado.

Nas estratégias estabelecidas para o alcance e a manutenção de uma gestão fiscal eficiente e equilibrada, vale destacar, dentre as ações desenvolvidas e consolidadas até o ano de 2001, as seguintes: implantação do Sistema de Gerenciamento da Dívida Pública pela Secretaria de Fazenda.

Isso, desculpem-me, era uma esculhambação quando eu assumi. Eu não tenho outro nome para dar a isso, porque você, como gerente, no mínimo, tinha que ter conhecimento, saber quando uma dívida vencia. Nem isso a Secretaria de Fazenda de Mato Grosso tinha organizado. Era uma verdadeira “zorra administrativa”. Vez por outra, eu e o Secretário tínhamos que correr atrás, porque chegava a notícia: “O Governo Federal bloqueou tantos milhões por causa de tal dívida”. Mas que dívida é essa? Aí, nós tomávamos conhecimento da dívida, nós íamos organizar, conhecer aquela dívida, negociar, renegociar.

Enfim, nós tivemos que reorganizar, nem digo reorganizar, nós tivemos que organizar esse setor. Então, criamos, implantamos um sistema de gerenciamento da dívida pública que, hoje, está lá no computador, basta você apertar um botão para acompanhar todas as dívidas, dia que vai vencer - enfim, totalmente informatizado.

Aperfeiçoamento do sistema de administração financeira, que promoveu a efetiva integração entre as áreas de planejamento e de programação financeira; cumprimento efetivo de todas as metas do programa de ajuste fiscal, acordadas com o Governo Federal - todas, inclusive, o Governo Federal todos os anos manda ofício cumprimentando o Governo do Estado de Mato Grosso por estar rigorosamente cumprindo as metas fiscais pré-estabelecidas em contratos assinados pelo Estado, porque o Estado não pode desmoralizar a sua própria assinatura -; aperfeiçoamento da política tributária, que gradativamente direcionou a tributação para o consumo, reduzindo a carga de impostos no setor produtivo.

Enfatizo ainda a revisão da política de incentivos fiscais; a modernização tecnológica do sistema tributário e arrecadador, com destaque para a implantação do ICMS Garantido; a ação conjunta entre a SEFAZ e o Ministério Público no combate à sonegação fiscal; a modernização da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

gestão fazendária, tendo como base o planejamento estratégico - eu agradeço muito, Dr. Guiomar, a participação do Ministério Público neste trabalho em parceria, ajudando o Estado a evitar a evasão fiscal e a burla fiscal principalmente. Capacitação profissional, desenvolvimento de sistemas e aquisição de tecnologias de informação e a reestruturação físico-operacional das unidades e órgãos fazendários.

Eu até gostaria de pedir ao Secretário de Fazenda que um dia marcasse com esta Assembléia Legislativa para levar todos os Deputados desta Casa, independente de Partido, como representantes do povo, para conhecer o que é hoje, por dentro, a Secretaria de Fazenda, toda a reestruturação física e tecnológica - tudo o que ela hoje vive.

Essas ações nos possibilitaram alcançar resultados concretos na eficácia tributária, com um incremento de 150% na arrecadação no período de 1994 a 2000, e uma redução de perdas fiscais da ordem de 24%.

Em 2001, continuamos avançando nas metas fiscais estabelecidas. Conseguimos manter o nível de arrecadação tributária e garantir superávit operacional em 7.68% acima do previsto e elevar o índice de satisfação da clientela da área fazendária.

Com relação ao setor de pessoal, destaca-se a implantação de uma política salarial com base no conceito de subsídios - como já foi bem colocado aqui, frisado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, e eu agradeço muito a sensibilidade desta Casa. Nós somos o único Estado do Brasil que implantamos a política salarial através de subsídios. E agora, com a última negociação que eu fiz, ontem, com os Defensores Públicos, vou mandar o Projeto de Lei na próxima semana, se Deus quiser, e nós fecharemos com por cento dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso recebendo através de subsídio. Isso proporcionou ganhos reais de remuneração, aumentando a massa salarial do Estado. Foi feita ainda a estruturação de carreiras específicas para os diversos servidores, promovendo uma ampla reforma estrutural da administração pública estadual que trará maior estabilidade às finanças públicas.

Essas iniciativas, além de conter o crescimento vegetativo da folha salarial, Sr. Presidente, que era outra coisa que sufocava as finanças estaduais - você não sabia controlar a folha de pagamento, porque ela crescia vegetativamente, quando se pensava em dar um aumento, você pensava em 10%, quando você ia ver o resultado, teria um impacto de 15%, 18%, 20%, porque em cada folha de pagamento tinha tanto "penduricalho", eram tantos direitos ali incluídos, que você não conseguia sequer gerenciar a folha de pessoal, dos servidores públicos. Nós negociamos com as categorias, fizemos uma coisa acordada, tanto que vocês receberam aqui a visita de todos os servidores pedindo à Assembléia Legislativa, ao contrário de outros - como Vossa Excelência frisou bem -, para aprovar, porque aquilo era bom para os servidores públicos. Então, foi bom para o Estado e foi bom para os servidores públicos. Quer dizer, isso também busca a transparência da remuneração e a valorização profissional dos nossos servidores.

Demos também continuidade à gestão democrática dos recursos públicos com a implementação, no contexto da administração pública estadual, do modelo de gestão voltado para a obtenção de resultados, permitindo adequação antecipada aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, quando o Governo Federal, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal, nós, aqui do Estado, já estávamos vivendo isso, porque o nosso Governo, responsavelmente, já trabalhava com os números em cima daquilo que a Lei de Responsabilidade Fiscal exigia.

Nós não precisamos sofrer, nós já estávamos adequados ao espírito da Lei, por isso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

não tivemos nenhum problema com ela, cuja difusão, para todos os agentes públicos e poderes constituídos, estamos priorizando por meio do programa de modernização e gestão.

Outro passo importante foi dado na área de tecnologia da informação, assegurando o atendimento e a racionalização da demanda tecnológica da informação. Para tanto, demos continuidade a um programa nosso de implantação do projeto INFOVIA, que interligou, até o momento, dezesseis municípios às Secretaria de Fazenda e Educação e onze órgãos instalados no Centro Político Administrativo.

Também, nós estamos criando a nossa Intranet, ou seja, todos os órgãos públicos dentro do CPA, daqui mais um tempo, estarão ligados pela Intranet, acabando burocracia de papéis para lá, para cá, vai ser tudo via linguagem de computador, enfim, comunicação de computador - tudo para modernizar e diminuir custos também.

Para garantir a qualidade dos serviços delegados, estamos estruturando a AGER. Somente agora, depois de mais de um ano e meio que nós estarmos consolidando a Agência Reguladora de Serviços Públicos, preenchendo os seus serviços, enfim, estamos com isso consolidando-a, o que é um instrumento de cidadania.

Vocês, Senhores e Senhoras aqui votaram os mandatos dos dirigentes da AGER. A AGER não é mandada pelo Governador, não tem que obedecer à ordem do Governador, ela é um instrumento do cidadão, por isso eles têm mandato, serão renovados por esta Assembléia Legislativa, têm que cuidar da qualidade dos serviços de energia, de telecomunicações, de água e esgoto, enfim, de tudo que puder, ela, por lei, fiscalizar, é o que ela deve e tem que fazer.

Na área da infra-estrutura e apoio logístico ao desenvolvimento, condição fundamental para aumentar a competitividade econômica e para mudarmos o perfil econômico do Estado, logramos êxito na área energética, o que nos assegurou a condição de exportador de energia, graças à intensificação dos investimentos induzidos pelo programa energético que implantamos, incluindo a privatização da CEMAT e o novo modelo energético do país, implantado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, a quem nós temos que parabenizar, porque, na verdade, fizeram uma nova Legislação e desregulamentaram esse setor. Esse setor fazia parte do próprio Plano de Governo, na época de 1998, do Lula, como candidato da Oposição, porque ele ia desregulamentar. O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, desregulamentou e está promovendo uma revolução na área de energia. O setor privado entrou firme, melhoramos a nossa produção... Só cometeu um erro o Governo Federal: foi o de não ter acompanhado o esvaziamento dos reservatórios e de não ter tomado medidas antes da posição crítica. Foi o único erro que eu considero que o Governo Fernando Henrique cometeu, mas, também, já se recuperou, trabalhou e superou a crise - graças a São Pedro, também.

A consolidação do aproveitamento múltiplo da Usina Hidrelétrica de Manso, em parceria com o setor privado e com o Governo Federal, a programação de construção de diversas pequenas e médias usinas hidrelétricas, a construção do gasoduto Bolívia/Mato Grosso, a ser inaugurado brevemente - possivelmente, no próximo dia 7 de março eu estarei inaugurando essa que é uma das maiores obras do século passado, que foi a construção desse gasoduto -, confirmam a nossa expectativa de passarmos de uma capacidade de geração de energia de 649mW para 1.806mW até 2004.

Já solicitamos ao Governo Federal o lançamento da licitação pública para a construção de um "linhão" de 500kV para reforçar o sistema de transmissão, permitindo exportarmos energia para outras regiões do país.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

Deveremos exportar - também este é outro número extremamente forte e até inacreditável... Quando eu realizei o Plano de Metas, em 1994, nós estabelecemos Mato Grosso de 1995 a 2006. Nós esperávamos que lá em 2006, fora do nosso Governo, é que Mato Grosso pudesse chegar a uma situação energética que já chegamos agora. Quer dizer, antes de completar o sétimo ano, no ano passado nos já estávamos com a equação energética de Mato Grosso resolvida.

E agora nos temos os seguintes números para informar, com orgulho, a esta Assembléia Legislativa: Mato Grosso tem condições de exportar, já este ano, 600mW. Ou seja, nós consumimos 600mW e já vamos liberar mais 600mW para exportar. Em 2002 nós vamos exportar 800mW, em 2003 nós já vamos exportar 800mW, em 2004, 1.200mW de energia elétrica. Isso até agora. E posso dizer aos senhores e senhoras que todo dia eu tenho informação de que novas usinas estão começando, estão sendo construídas no estado de Mato Grosso, o que vai sempre folgar, em termos, porque também o consumo vai aumentando.

A Usina de Manso, além de estar gerando energia elétrica, já vem dando uma grande e valiosa contribuição ao controle de cheias no rio Cuiabá. Em janeiro deste ano, não fosse a barragem da usina de Manso, dado o alto volume pluviométrico, teríamos uma cheia de maiores proporções que a de 1974, atingindo dezenas e dezenas de milhares de habitantes de Cuiabá.

Quanto não custaria para a grande Cuiabá, para os cofres públicos municipais, estadual e federal uma enchente do tamanho daquela de 1974, ou do tamanho daquela de 1995, quando eu assumi. Custaria caríssimo. E Manso segurou essa águas, barrou essas águas e com isso conseguiu controlar essa cheia.

A transformação de Mato Grosso de Estado importador em exportador de energia elétrica é, sem dúvida, um feito revolucionário, considerando que quando assumimos o governo tínhamos um déficit energético, importávamos 85% de nossa energia elétrica e vivíamos sob ameaça de racionamento, tendo racionamento em mais de 42 cidades do interior de Mato Grosso, o que era uma vergonha.

Estamos ainda executando o maior programa de edificação rural que Mato Grosso já viveu em todos tempos. O programa *Luz no Campo*, em parceria com o Governo Federal e com a rede CEMAT. m 2001, foram firmados contratos para execução de obras destinados a atender cerca de 18 mil propriedades consumidores em 95 municípios, com investimentos da ordem de 78 milhões de reais. Até 2003, Senhores Deputados, nós sairemos de uma situação de um Estado que tinha apenas 29% de eletrificação rural para 80% das propriedades rurais eletrificadas até 2003. Isso é outra revolução no campo, que significa o quê? Melhoria de qualidade de vida, produtividade mais elevada no campo, potencializando projetos de irrigação que melhoram a produção e a produtividade. Enfim, é melhoria de qualidade de vida para o nosso povo.

No contexto do programa *Avança Brasil*, do Governo Federal, estão em andamento projetos estratégicos na área de infra-estrutura, com destaque para a Ferronorte, que deve chegar até o final do ano, início ano que vem, em Rondonópolis; a hidrovía Teles Pires-Tapajós, que foi objeto, inclusive, de discussão minha, do Ministro da Saúde José Serra, do Deputado Pedro Satélite e do Senador Antero Paes de Barros, com o Presidente da República na semana passada. Na verdade, Sr. Presidente, é um projeto que eu gostaria que Vossas Excelências pensassem muito sobre ele.

Nós poderemos até ter o projeto final até Santarém, totalmente asfaltada a BR-163, mas nós, na prática, para impulsionar a economia de Mato Grosso, não precisamos que este asfalto chegue até lá. Basta que nós tenhamos uma estrada asfaltada e trafegável da fronteira de Mato Grosso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

até Itaituba, às margens do Rio Tapajós, que a partir de Itaituba é totalmente navegável, e os produtos nossos podem sair de Nova Mutum, Lucas, Diamantino, Sinop, irem de caminhão até Itaituba, passarem para uma balsa, uma barca ou um navio mesmo, e já irem direto para Santarém e para os portos de *Roterdan* e para outros portos do mundo. Com isso se economiza algo em torno de trezentos quilômetros para chegar a Santarém.

Apesar de que o Presidente da República nos confirmou dois compromissos dele importantes. Um, que ele vai continuar asphaltando, vindo de Santarém para Rurópolis, que dá duzentos quilômetros - o BEC do Pará que está fazendo. Então, ele vem asphaltando, e até o final do ano ele quer chegar a Rurópolis. Já estão com cento e vinte e cinco quilômetros asphaltados, se não me engano.

Também ele, a nosso pedido, vai colocar os recursos deste ano, que estão indo para conservação de estrada, nós pedimos para ele colocar na construção de pontes de concreto no trecho da fronteira de Mato Grosso até o Pará, até Santarém. Isso também, segundo as grandes empresas moedoras de soja, a indústria de soja, que estão nos pedindo, eles acham que se fizer as pontes de concreto, eles já conseguem passar e levar esses produtos para Santarém.

Quanto ao trecho nosso, continua a discussão. O Tribunal de Contas da União, mesmo eu reduzindo em 30% o custo dessa obra, achou e decidiu que alguns itens ainda estão com sobrefaturamento. Nós discordamos, mas fomos voto vencido, e eles querem que as empresas que construíram devolvam doze milhões de reais para a União. As empresas, nós chamamos para eles cumprirem isso, mas eles não aceitam. Eles acham que o Tribunal de Contas da União está errado e estão entrando na Justiça para brigar: Ou seja, vai demorar quantos anos? Enquanto não sanar essa querela, agora, judicial, quer dizer, nós vamos ficar com um trecho de Mato Grosso com dificuldades para a pavimentação. Portanto, é um assunto que eu tenho tratado, tenho pressionado as empresas, mas não estamos conseguindo, porque é uma decisão deles ir à Justiça, e agora é esperar que a Justiça agilize isso.

Serão viabilizados, com essas iniciativas, importantes corredores de escoamento da nossa produção, tornando nossos produtos mais competitivos ao reduzirmos o valor do frete.

A Hidrovia Paraguai/Paraná está dependendo de estudos ambientais, que foram determinados também pela Justiça Federal, que mandou estudar desde Cáceres até o Rio Apa, na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Então, vai ter que fazer todos os estudos para poder viabilizar ou não a Hidrovia Paraguai/Paraná.

Na área dos transportes, visando reduzir o custo do frete e aumentar a competitividade dos nossos produtos, priorizamos a implantação de um sistema multimodal, que interliga nossa malha viária aos corredores de escoamento. Atualmente, já são transportadas mais de 4,6 milhões de toneladas de grãos pelo sistema multimodal, dos quais 3,5 milhões saem pela ferrovia e 1,1 milhão pela Hidrovia Madeira/Amazonas, no Noroeste.

Este ano a Ferronorte já me informou que eles pretendem sair daqui com cinco milhões de toneladas. Isso vai dando um impacto muito positivo na redução de custo de transporte, dando mais lucro aos nossos produtores rurais.

Nesse sentido, principalmente com recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – FETHAB, criado em 2000, demos continuidade ao nosso Programa Rodoviário Estadual, com a pavimentação, conservação e restauração de rodovias. Hoje, temos condições de tráfego em 80% da malha viária de Mato Grosso durante o ano todo, que compreende uma extensão de 22 mil quilômetros.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

Vejam que nós estamos tendo chuva - como diz aqui o Deputado Riva, ele que já mora há muito tempo no Noroeste, nunca viu tanta descarga pluviométrica como está havendo este ano -, e nós não tivemos nenhuma das estradas principais de Mato Grosso com problema. Quando eu assumi o Governo, nos dois primeiros anos, todos os anos, neste período, era um escândalo de fotografias, de televisão mostrando caminhões atolados - não tivemos nenhum. Isso tudo tem um responsável, chama-se FETHAB, que foi criticado por alguns setores, mas é a melhor resposta para o setor de produção e a melhor resposta para a sociedade mato-grossense, o FETHAB.

Nos últimos seis anos, nosso Governo construiu 920 quilômetros de asfalto novo, restaurou 224 quilômetros de rodovias pavimentadas e fez a manutenção de uma média de oito mil quilômetros de estradas em terra.

O FETHAB, criado com a participação direta dos membros desta Casa, a quem eu agradeço profundamente, possibilitou realizar investimentos de cerca de 98 milhões de reais durante os exercícios de 2000 e 2001, que foram aplicados na restauração e manutenção de estradas em terra, com 14 patrulhas rodoviárias, recuperação de rodovias pavimentadas e construção de pontes. Em 2002 outros 98 milhões serão investidos. Além do que, Deputados, Vossas Excelências estão acompanhando o que estamos fazendo também com recursos do FETHAB, que é a pavimentação em concreto da Rodovia Paranatinga/Primavera do Leste. Já fizemos quinze quilômetros, vamos levá-la este ano até o entroncamento com Santo Antônio do Leste, já é um compromisso meu e do futuro Governador Rogério Salles, em concreto, e ao final dela será a maior estrada em concreto do Brasil que nós estamos fazendo aqui em Mato Grosso.

A execução do programa de perenização de travessias possibilitou a construção de quarenta e sete mil e quinhentos metros quadrados de pontes de concreto e um investimento da ordem de sessenta e cinco milhões de dólares emprestados de bancos estrangeiros da Itália.

Tivemos ainda, por meio de convênios viabilizados com o Governo Federal, investimentos na melhoria da infra-estrutura de aeroportos em Cáceres, Juína, São Félix do Araguaia, Tangará da Serra, Alta Floresta, Rondonópolis, e já vamos iniciar, agora em março, o de Pontes e Lacerda, e pretendemos ainda este ano, se Deus quiser, começar o aeroporto de Juara.

No que se refere aos objetivos estratégicos de transformar Mato Grosso em um importante pólo agroindustrial e de promover sua integração regional e internacional, além da meta de reduzir os custos de transportes, temos a industrialização e o incremento de nossas exportações, cujos principais resultados relatamos a seguir.

Foi dada continuidade às ações visando o aumento significativo das nossas exportações e o incremento do processo de industrialização de nossos produtos, com destaque para a organização e o fortalecimento das principais cadeias produtivas - aqui também citada pelo Presidente desta Casa. É fundamental para o futuro do nosso Estado promovermos a industrialização, pois só assim estaremos agregando valores aos nossos produtos, gerando riquezas e empregos. Não podemos continuar como meros produtores de matéria-prima de baixo valor agregado. Isso não dá futuro para Mato Grosso, não é projeto de futuro para Mato Grosso, dependente economicamente de outros Estados da Federação. Para mudar esse perfil, o projeto energético, já disse anteriormente, foi vital e foi importantíssimo.

Os programas de incentivos financeiros e fiscais criados pelo nosso Governo, com destaque para a implantação de pólos têxteis, o Pró-Madeira, Pró-Couro, Pró-Café, e tantos outros, juntamente com o aperfeiçoamento de outros instrumentos de incentivo à industrialização, como o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

Programa de Desenvolvimento Comercial e Industrial - PRODEI e o Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial - FUNDEIC, que têm sido os propulsores da nossa política de industrialização e de incremento das exportações de produtos agroindustriais.

Em 2001 foram liberados cento e quatro financiamentos do FUNDEIC, no montante de três milhões, com geração de mil, trezentos e setenta e sete empregos, sendo criado ainda o Programa de Crédito Produtivo Popular - PROCRED, que beneficia os trabalhadores de baixa renda.

Recentemente, foram liberados os primeiros créditos do FUNDEIC, no valor de oitocentos e trinta e seis mil reais, para financiar setenta e quatro projetos que beneficiarão pequenos empresários e jovens empreendedores em condições especiais, estimulando a criação de novos empregos.

Todos os produtos primários produzidos em grande escala têm hoje sua cadeia produtiva sendo estruturada, e são objeto de um planejamento estratégico, visando a sua competitividade, contando com programas de incentivos específicos.

Assim, estamos efetivamente conseguindo incentivar e diversificar a estrutura produtiva, industrial e exportadora da economia estadual.

Outro fator importante foram os seminários *Mato Grosso - É Hora de Investir*. Hoje, estamos já com investimentos assegurados de aproximadamente doze bilhões de reais até 2004, que devem gerar mais de cento e cinquenta mil empregos diretos e indiretos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

Os resultados alcançados na área industrial e do comércio exterior resultam de diversas ações desenvolvidas pelas Secretarias de Indústria, Comércio, Mineração e de Assuntos Estratégicos, visando consolidar uma política de comércio exterior com ênfase no incentivo ao intercâmbio com as nações vizinhas que constituem o Centro Oeste Sul Americano. Buscamos o aperfeiçoamento da estratégia de marketing, a participação marcante em feiras e exposições nacionais e internacionais e a organização de consórcio de pequenas e médias empresas exportadoras, em parceria com o setor produtivo. As atividades mineral e do turismo sempre constaram da nossa agenda de desenvolvimento.

Na área mineral, estamos desenvolvendo e consolidando uma estratégia com a iniciativa privada, já com resultados promissores. Continuamos a trabalhar para reestruturar o setor, definindo uma política mineral estadual, com o Programa PRÓ-MINERAL, com vistas a agregar valor à produção, promover a equalização fiscal e trazer a atividade garimpeira para a economia formal. Apesar de nossas potencialidades, a participação do setor mineral em nosso PIB ainda é pequeno, não passa, hoje, de 1,5%, apenas. Portanto, esse é o setor que nós temos que dinamizar, induzir, orientar, fazer de tudo para incrementar a atividade mineral no Estado.

Visando o desenvolvimento sustentado do turismo, nós também executamos diversos projetos, com destaque para as ações de marketing em turístico e divulgação regional. Promovemos a educação ambiental e a conscientização turística, além de termos incentivado a municipalização da atividade com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que permitiu a capacitação de monitores e a organização da atividade em diversos municípios.

Demos início à execução do Programa BID/Pantanal e à finalização do planejamento do PROECOTUR Amazônia Mato-grossense, que possibilitarão a necessária estruturação do Estado para incrementar sua indústria de turismo. Dos 200 milhões de dólares de investimentos previstos no Programa BID/Pantanal para os próximos sete anos, cujo contrato foi assinado em 2001, 70 milhões de dólares serão direcionados à construção de estradas-parques, como a Transpantaneira, à pavimentação e restauração de rodovias, que demandam a regiões de interesse turístico.

Quanto ao desenvolvimento científico e tecnológico, também conseguimos êxitos. Criamos, com o apoio desta Casa, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e de Ensino Superior, que, além de facilitar a articulação do Estado nessa área nos níveis nacional e internacional, possibilitará inserir efetivamente a contribuição das universidades para as áreas científica e de tecnologia.

Os investimentos diretos do Estado foram realizados por meio dos projetos desenvolvidos pela EMPAER, pela Fundação de Amparo à Pesquisa-FAPEMAT e da Política de Incentivos Fiscais das Cadeias Produtivas Prioritárias. Eu lembro aqui o FACUAL-Fundo de Apoio à Cultura de Algodão, que investe mais de cinco milhões e meio de reais em pesquisa no Estado de Mato Grosso.

Eu ressalto também que, agora no início de dezembro, Sr. Presidente, nós tivemos a honra de dar um passo importante para mais um projeto que está lá no nosso Plano de Metas, discutido em 1994. Lá nós colocamos como uma de nossas metas a criação de um Centro de Pesquisas do Pantanal Mato-grossense. Ora, um ecossistema tão rico e importante como o Pantanal, não pode ter apenas uma unidade de pesquisa da EMBRAPA em Corumbá, e nós, aqui em Mato Grosso, não temos nada. Então, nós resolvemos fazer uma parceria. E foi aprovado em Tóquio, agora em dezembro, pela Universidade das Nações Unidas, em parceria com o Ministério de Ciências e Tecnologia, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso e com o Governo do Estado de Mato Grosso, nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

conseguimos colocar o Pantanal dentro da rede de pesquisas da Universidade das Nações Unidas. Isso quer dizer que nós teremos o Pantanal com uma área aberta para todas as instituições ligadas à ONU ou para figuras, pesquisadores individuais, que, ligados à rede de pesquisa da ONU, queiram pesquisar no Pantanal, terão aqui uma área que nós vamos adquirir, ainda, nos próximos meses, vamos comprar uma área que represente bem o ecossistema do Pantanal, para termos o nosso Centro de Pesquisas do Pantanal Mato-grossense. Eu considero esse projeto extremamente importante para o presente, mas, principalmente, para o futuro do nosso Estado e do Brasil.

Especificamente em relação ao setor agrícola, o nosso objetivo maior foi de oferecer apoio logístico: transporte, energia e comunicação, assistência técnica, incentivo à pesquisa tecnológica e melhoramento das condições sanitárias, objetivando o alcance de nossas metas de industrialização e exportação.

Para incentivar o pequeno produtor foram feitos investimentos em pesquisa e disponibilizados créditos agrícolas por programas do FCO, do Programa Nacional de Agricultura Familiar-PRONAF, PADIC... Atualmente, a EMPAER oferece assistência técnica e extensão rural a quarenta e três mil produtores, abrangendo cento e vinte e seis municípios, além de ações de defesa sanitária, animal e vegetal pelo INDEA.

O Programa PRONAF-Crédito possibilitou o aporte de recursos da ordem de cento e trinta milhões de reais a pequenos produtores no ano passado. Fomos o campeão do Brasil de crédito do PRONAF para o pequeno produtor.

Isso foi um trabalho intenso que o Secretário Chico Daltro, aqui, fez com toda a equipe, trabalhando, orientando, indo a campo, mobilizando, e com o apoio do Banco do Brasil – que eu vejo ali o nosso Superintendente, a quem agradecemos muito, porque desburocratizou, facilitou a vida desses pequenos produtores, para nós termos cento e trinta milhões de reais do PRONAF para o pequeno produtor, atendendo 15.190 famílias de 83 municípios e 183 assentamentos rurais. O PRONAF Infra-estrutura atendeu 29 municípios.

Entre as iniciativas visando aumentar a qualidade, melhorar a qualidade e a produtividade do setor agropecuário, destacam-se programas como o do Novilho Precoce, o PRONEP; o de Granjas de Qualidade, suinocultura, a criação de novos programas de incentivos, como da bovinocultura do leite, bovinocultura do Pantanal, PROCAFÉ, agricultura orgânica, fruticultura, reflorestamento.

Mantivemos a nossa condição de Estado livre da febre aftosa, com vacinação praticamente há seis anos, além de promover a vacinação e monitoramento permanente da peste suína clássica e da doença de Newcastle. Esse controle sanitário permite a comercialização de nossas carnes bovina, suína e de frango nos mercados internacionais, o que representa a entrada de divisas em nosso Estado. O controle da aftosa foi um grande feito, fruto de uma parceria entre o Governo do Estado, Governo Federal e nossos pecuaristas.

Aqui eu abro um parêntese para agradecer ao Ministro Pratini Moraes e ao Secretário Nacional de Cooperativismo e Apoio Rural, que é o ex-Deputado Rodrigues Palma, que muito nos tem ajudado no Ministério da Agricultura nesses programas aqui no Estado de Mato Grosso.

Mantivemos as ações desenvolvidas pela Defesa Sanitária Vegetal para o controle de doenças e pragas na produção agrícola.

Na área fundiária, o Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT deu continuidade às ações de cadastramento, regularização e demarcação fundiária, além de dar apoio aos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

assentamentos existentes, atendendo a 5.469 famílias, sendo 4.982 em assentamentos rurais e 487 em áreas urbanas. Com o Programa Lar Legal, iremos regularizar 80 mil lotes urbanos e antigos e velhos conjuntos habitacionais de inúmeros Governos, que construíram, e não regularizaram sequer o loteamento, quanto mais o lote de cada família. Agora que nós estamos regularizando os loteamentos dos conjuntos habitacionais que os ex-governadores fizeram, e vamos agora também regularizar o lote urbano com o Programa Lar Legal.

Com o Programa Varredura - o nome já diz tudo -, nós regularizamos a situação fundiária do município em cem por cento. Nós regularizamos 5.720 lotes rurais em mais de quarenta municípios do Estado - Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Cáceres, Sinop e Barra do Garças, e vamos dar continuidade.

A área ambiental é uma preocupação permanente do nosso Governo. Temos o objetivo estratégico de assegurar a preservação e conservação da nossa biodiversidade, principalmente dos três ecossistemas mais importantes: o Cerrado, o Pantanal e a Amazônia, que conformam o ecossistema de Mato Grosso.

Um controle ambiental rigoroso tem sido intensificado, com o aperfeiçoamento e aplicação de leis de proteção ambiental, como o Código Ambiental, a Lei de Pesca, a Lei das Águas, juntamente com a implantação de Unidades de Conservação em áreas de grande importância ecológica, em parceria com a Assembléia Legislativa, mais de um milhão e meio de hectares, que nós já estabelecemos e implantamos como unidades de conservação.

O nosso modelo ambiental é referência nacional no monitoramento de controle de queimadas e desmatamento, tendo como instrumento a metodologia de geoprocessamento de imagens de satélite, com o qual, nos últimos anos, temos conseguido reduzir, em média, 25% os índices de desmatamento e queimada. Este método tem tido repercussão no mundo inteiro.

O Secretário de Meio Ambiente, Frederico Müller, foi à Indonésia para dar palestra sobre este projeto para representantes do Banco Mundial de diversas regiões do mundo. E todos os dias pode-se ler revistas americanas e jornais brasileiros que trazem esse controle criado aqui em Mato Grosso pela equipe nossa, da Fundação Estadual do Meio Ambiente.

Com o BID-Pantanal, teremos nos próximos anos investimentos de 200 milhões de dólares em nosso Estado, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai.

Ao mesmo tempo, estamos concluindo o Programa de Zoneamento Agroecológico de Mato Grosso, que será instrumento maior de ocupação ordenada do nosso território. E para isso, se Deus quiser, até 31 de março deste ano, daqui a quarenta dias, nós estaremos recebendo o trabalho do Zoneamento Agroecológico-ecológico que, a partir daí, já no Governo do nosso companheiro Rogério Salles, nós estaremos discutindo amplamente com a Assembléia Legislativa e com a sociedade, fazendo essa discussão por pólo.

Voltado para as comunidades indígenas, demos continuidade às ações na área da educação, com o Projeto Tucum, formando mais de duzentos e quarenta índios no segundo grau; qualificamos cento e dezoito índios em Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, pelo Projeto Xamã, em parceria com órgãos federais, entidades governamentais e com recursos do PRODEAGRO. Destaque-se aqui também a criação de cursos superiores dirigidos aos povos indígenas, que são o embrião da Universidade Indígena. Os cursos são oferecidos pela UNEMAT, em Barra do Bugres, e já contam com duzentos alunos índios na sua primeira turma. Nunca se fez tanto pelos índios como nós fizemos em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

nosso Governo. Aqui, eu abro um parêntese para o PADIC, em que eu faço investimento diretamente para as comunidades indígenas.

Enfim, é a nossa contribuição, Sr. Presidente, à Campanha da Fraternidade do Ano de 2002, que se destina a elevar o nível de vida dos índios. O nosso Governo já vem contribuindo desde 1995 para melhorar a qualidade de vida aos índios e para dar autonomia, para que eles sejam donos do seu próprio destino, do seu próprio nariz, e não sejam dependentes de ONG nenhuma, nem católica, nem protestante, nem civil que, às vezes, querem manipular os índios para outros fins.

A situação social está a exigir, cada vez mais, uma atenção especial do poder público. Não podemos continuar desperdiçando recursos públicos com ações meramente assistencialistas, que em nada mudam a realidade das pessoas mais carentes. A sociedade está cada vez mais a exigir uma ação efetiva junto à qualidade do gasto público, principalmente na área social.

O processo de globalização econômica e inovação tecnológica que o mundo vive tem como uma de suas características marcantes a hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo, agravando a questão social com o recrudescimento do desemprego estrutural, da informalização e do subemprego.

Este enfoque potencializa a importância dos resultados alcançados nas áreas de saúde, educação, segurança pública, justiça, assistência social, geração de emprego e renda, esporte e lazer e cultura.

A saúde pública em Mato Grosso está consolidando um novo modelo de atendimento ao usuário do Sistema Único de Saúde-SUS, voltado para a interiorização dos atendimentos, descentralização dos serviços, com ênfase na atenção básica e na regulação dos fluxos de usuários. Deve-se destacar a implementação e expansão dos programas de Saúde da Família e Agentes Comunitários e dos Consórcios Intermunicipais de Saúde.

Este último assegura uma melhor assistência à população do interior, onde a infraestrutura disponível sempre foi menos satisfatória. Quase 90% dos municípios de Mato Grosso já implantaram o Programa Saúde da Família, que responde pela resolução de mais de 85% da demanda de atendimentos, reduzindo significativamente o uso das redes ambulatorial e hospitalar.

Atualmente, em 2001, nós concluímos com 299 equipes o Programa Médico da Família em 120 municípios. Aqui também eu presto contas. A meta do meu Governo era chegar em 2002, final de 2002, com 250 equipes de Médicos da Família. Já em 2001 fechamos com 299, e o Sr. Júlio Müller já despachou comigo na semana passada, dizendo que já está com pedido para 350 equipes de Médico da Família para agora, para o início do ano de 2002. Isso significa que nós deveremos fechar o ano de 2002 com quase 380 equipes de Médico da Família. Só com essas 299 equipes, nós estamos já atendendo, com esse programa fantástico de prevenção, que é o Programa Médico da Família, quase 50% da população de Mato Grosso. Dois mil, setecentos e noventa e cinco agentes comunitários de saúde, em 133 municípios, sendo que para o ano de 2002 nós temos uma meta de atingir 654 agentes comunitários de saúde rural, que irão atender sessenta mil famílias em assentamentos de trabalhadores da reforma agrária, tanto do Estado quanto do INCRA.

Temos implementados dez Consórcios Intermunicipais de Saúde, que, aliados aos programas de atenção básica, têm atendido às demandas de média e alta complexidade, reduzindo significativamente o fluxo de doentes para a capital, o que onerava o município e congestionava o sistema de atendimento.

Inauguramos, no ano passado, em 2001, o Pronto Socorro de Sinop, que era um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

compromisso do nosso Governo, e o Hospital Regional de Cáceres. E agora, em março, já vamos inaugurar o Hospital Regional de Rondonópolis.

Implantamos, pela primeira vez na história da saúde pública de Mato Grosso, uma rede Estadual de Saúde. Pegamos o Hospital de Sorriso, que quando eu entrei funcionava extremamente mal, para não dizer pessimamente - não tinha nada, não tinha estrutura nenhuma, não tinha equipamentos, não tinha nada. Nós organizamos, ampliamos e equipamos aquele hospital, e agora mandei para lá um tomógrafo computadorizado.

Então, colocamos o Hospital de Sorriso, o Hospital de Barra do Garças, em parceria com a prefeitura, agora já o Hospital de Rondonópolis - o hospital de Rondonópolis daqui a um mês -, o de Cáceres... Nós implantamos uma rede estadual de assistência médico-hospitalar para os mais pobres, para os mais humildes, porque são esses que precisam da rede de saúde; os ricos não, eles vão para o Rio de Janeiro, para São Paulo, vão para outro lugar, não se preocupam com rede hospitalar.

Mortalidade infantil, segundo palavras do Ministro José Serra, Mato Grosso foi o Estado que teve o maior índice de redução de mortalidade infantil de todos os Estados brasileiros. E o índice de mortalidade infantil de Mato Grosso é inferior à média nacional. Portanto, é outro avanço do Governo, da sociedade, das organizações não governamentais que trabalham com crianças, no combate à mortalidade infantil, um grande trabalho que é feito por toda sociedade.

Outro índice importante, eu coloco aqui para os Srs. Deputados, é que quando eu assumi a cobertura vacinal de Mato Grosso era na ordem de quarenta por cento, hoje, atingimos praticamente cem por cento de cobertura vacinal.

Se nós fizemos um esforço para acabar com a febre aftosa, para vacinar cem por cento do nosso gado, nós não poderíamos deixar de vacinar as nossas crianças, os nossos filhos, porque é um direito inalienável e sagrado deles.

Na educação, procuramos intensificar nossos esforços pela melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis e a eliminação do analfabetismo, temos promovido a alfabetização de jovens e adultos com o Projeto Alfa. E a merenda escolar - esse é um ponto que o meu próprio Governo pouco divulga, e eu pediria à Secretaria de Comunicação para divulgar mais esses dados que vou ler aqui que são fantásticos da merenda escolar... A merenda escolar foi escolarizada em nosso governo. Os recursos são repassados diretamente às escolas, que adquirem os produtos, em grande parte, de produtores e fornecedores locais, gerando renda e empregos na economia. De um pequeno grupo - escutem bem - de menos de dez fornecedores que vendia para a merenda escolar... A merenda escolar, na verdade, no Brasil era um grande negócio, aqui em Mato Grosso era um grande negócio, o que se tinha era escândalos e mais escândalos; merenda escolar que apodrecia, as crianças ficavam desesperadas. Enfim, todos nós recordamos, basta pegarmos os jornais de dez anos atrás, a merenda escolar era uma vergonha. De um pequeno grupo de dez fornecedores, nós, hoje, Deputado Gilney Viana, passamos a trabalhar com setecentos e três fornecedores. Setecentos e três fornecedores incrementam a merenda escolar. Com isso, nós estamos aquecendo a pequena produção, as economias locais, gerando emprego, renda, enquanto os alunos, ainda, dispõem de um cardápio regionalizado, de acordo com os seus hábitos alimentares.

O Programa Xané oferece atendimento integral a cerca de quarenta e três mil crianças, promovendo sua integração social e familiar e afastando-as da marginalidade e das drogas. Temos, ainda, o Projeto Escola Ciclada, Educação Especial, introdução do ensino à distância, formação, capacitação e especialização do corpo docente, implantação do Programa Estadual de Informática e do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

Sistema de Informações Gerenciais na Educação.

E já decidi, também, Deputado Nico Baracat, que ali onde era o Centro de Treinamento da EMPAER nós vamos reformar e transformar numa escola de segundo grau para o Cristo Rei, e numa Escola de Capacitação dos Professores da Rede Estadual de Ensino. Nós já fizemos a Escola de Capacitação da Saúde Pública, no Coxipó; já temos a Escola do Servidor Público; já temos a Escola Fazendária – e nós vamos construir, agora, um prédio novo, vizinho da Secretaria de Fazenda, da nova Escola Fazendária – e, agora, vamos construir, também, a Escola de Capacitação dos Professores do Estado de Mato Grosso.

Conseguimos reduzir as taxas de analfabetismo de 11,9% para 9,9%; as taxas de evasão de 14,9% para 8,1%; de reprovação de 10,1% para 5,5% no Ensino Fundamental. Já no Ensino Médio reduzimos as taxas de evasão de 19,5% para 13% e de reprovação de 6% para 4,5%, bem como aumentamos o número de matrículas em 40%.

Também expandimos o PDE-Plano de Desenvolvimento da Escola para cem por cento das escolas. Este é outro projeto belíssimo. Com o PDE todas as escolas estaduais fazem o seu planejamento. Elas é que decidem o seu planejamento anual, o que querem fazer com os recursos que recebem, em que elas querem que a escola avance, trate mais. Enfim, o PDE é um grande projeto de desenvolvimento da escola, que está indo muito bem.

Intensificamos a expansão, equipagem e modernização tecnológica da rede física estadual, com destaque para a adaptação física e ampliação de 33 salas de aula e de 24 quadras poliesportivas.

Como parte da política de gestão democrática do ensino, foi realizada novamente a eleição de diretores nos biênios 2002/2004 em 95% das escolas estaduais, delegando às próprias comunidades a gestão da escola pública.

Aliás, graças a Deus, eu estou saindo deste cargo executivo, desde que fui Prefeito, Sr. Presidente, nas duas vezes, fui governador duas vezes, esta caneta nunca nomeou um diretor de escola porque foi meu cabo eleitoral, ou meu parente, ou por isso ou por aquilo. Todos foram por eleição direta, porque eu acredito que esse sistema é bom, apesar de ser criticado por alguns setores conservadores.

Na área do ensino profissional, concluímos e equipamos três centros de formação profissional - CENFOR - nos Municípios de Alta Floresta, Rondonópolis e Barra do Garças, estando em fase de construção o CENFOR de Sinop, e programado mais três: de Pontes e Lacerda, Diamantino e Tangará da Serra.

Em relação ao ensino superior, já que está muito em debate, por uma figura notoriamente conhecida, a UNEMAT, eu vou colocar alguns dados importantes. Visando ordenar a expansão e proporcionar uma melhoria na qualidade de ensino sob a responsabilidade da UNEMAT, estabelecemos uma vinculação de recursos fiscais para a instituição, para a receita da instituição.

O volume de recursos destinados à UNEMAT cresceu. Em nosso Governo saiu de três milhões e meio, em 1994, último ano do governo do Jayme Campos - 3,5 milhões de reais ele destinou à UNEMAT -, e no ano de 2001 eu já repassei 23,1 milhões de reais para a UNEMAT, e agora para 2002 a receita prevista será da ordem de trinta milhões de reais para a UNEMAT.

Isso é para este Governo responder àqueles que estão fazendo uma campanha difamatória, dizendo que eu quero acabar com a UNEMAT. Imaginem se eu quisesse salvar a UNEMAT! Com tudo isso ainda falam que eu estou querendo acabar com a UNEMAT. Mas é que,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

além disso, Sr. Presidente, até 2004, aprovando-se aqui - discutindo com os Deputados Estaduais Riva, Eliene, Vossa Excelência, enfim, com todos os Deputados -, nós colocamos uma escala progressiva de participação da receita da UNEMAT, de acordo com a receita do ICMS do Estado.

Até 2004, o percentual da receita do ICMS será de 4,2% - até 2004. Então, dinheiro, desde que seja bem gerido, honestamente gerido e bem aplicado, não será problema mais para a UNEMAT. Só se trocaram as mãos pelos pés lá dentro, porque se gerenciar bem não vai ser problema dinheiro.

Além disso também, de comum acordo com esta Casa, implantamos a política de subsídios e estabelecemos a carreira para os servidores e professores da UNEMAT, com ganhos na remuneração.

Hoje, um professor da UNEMAT tem uma remuneração superior ao professor da Universidade Federal, com a mesma titulação e tempo de serviço. Isso quer dizer o quê? Que nós, Sr. Presidente, vamos conseguir drenar boas inteligências e cabeças da UFMT para a UNEMAT, para darem mais reforço, do ponto de vista da qualidade, da melhoria do seu ensino, do seu preparo técnico, tecnológico, porque vamos pagar melhor. Já estamos, já aprovamos.

A verdade, porque estão fazendo campanha, é porque nós, de comum acordo com a Assembléia Legislativa, resolvemos balizar os cursos que estavam criando na UNEMAT. Por que eu fiz isso? Eu tenho que dar aqui uma justificativa. Eu não quero ver daqui a oito, dez ou quinze anos, a UNEMAT desmoralizada, como muitas universidades que tem aí, onde se faz o "Provão" e as universidades não passam. Tudo com nota abaixo de zero, colocando profissionais no mercado desqualificados, despreparados. Nós não queremos isso para a UNEMAT. Nós queremos o quê? Ensino de qualidade.

Então, se a universidade não conseguir coordenar esses cursos, inventando cursos em tudo quanto é lugar e de tudo quanto é tipo, daqui a pouco você tem uma universidade querendo abraçar o mundo e não vai abraçar nada, vai quebrar. Eu já disse isso lá dentro da UNEMAT de Cáceres. Vocês vão quebrar a universidade. Vocês vão desmoralizar a UNEMAT se não abrirem o olho. Então, nós criamos uma lei balizando os cursos. Por quê? Vamos cuidar da parte ligada a Mato Grosso, que é meio ambiente, agronegócios, e voltados para capacitação dos nossos professores do ensino básico para nossas crianças. Esse que é o espírito nosso.

O que pode, talvez, eu vou dar uma sugestão para esta Casa, de público... O que poderia é esta Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, obrigar a UNEMAT que ela mandasse para cá, discutido lá entre ela, depois com o Executivo, um Plano Decenal de Desenvolvimento da UNEMAT, com os cursos já existentes e com os possíveis ou prováveis que eles queiram implantar ao longo dos dez anos, e que esta Assembléia Legislativa fosse balizando. Alguém tem que balizar, uma instituição como esta Casa de Leis tem que balizar, porque senão nós ficamos com tudo ao bel-prazer e entra um gestor lá, vamos dizer, irresponsável, vira de cabeça para baixo e acaba com a UNEMAT, que é uma instituição nossa, é uma conquista de Mato Grosso. Essa foi a minha preocupação. E estou pronto para debater com qualquer um. Pode fazer a campanha que for lá em Cáceres, que eu não tenho medo. Estou pronto para debater com eles lá.

A segurança pública, dado o aumento da violência em todo o país, exige uma ação efetiva e enérgica do Estado, visando minimizar os elevados índices de criminalidade, que vêm refletindo negativamente na qualidade de vida da população. Eu digo até que é mais. A questão da segurança pública reflete diretamente no investimento, Sr. Presidente. Nenhum investidor vai para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

regiões em que a criminalidade é alta, nenhum investidor vai colocar o seu capital no risco de seqüestro, de violência e tal. Quer dizer, a questão da segurança é uma questão de cidadania e uma questão econômica também. É econômica, porque se você tiver uma sociedade tranqüila e segura, você atrai mais capital para gerar emprego. Chegamos no Brasil a uma situação insuportável em que o cidadão se sente constantemente ameaçado pela ação dos marginais.

Aqui eu ressalvo que o Governo Federal demorou, mas até que enfim, entrou na segurança pública. E desde o início do meu governo, eu conversava com o Presidente, o Governo Federal, que eles tinham que participar da segurança pública, porque era uma questão nacional. Desde o primeiro dia do meu governo, nunca me escutaram, até que a coisa foi aumentando, agravando e aí, agora, o Governo Federal, em boa hora, está participando.

Em Mato Grosso, os índices de criminalidade estão caindo, graças à prioridade que temos dado ao setor, investindo na melhor estruturação das polícias e na qualificação dos policiais. O mais importante, porém, é a nova mentalidade que estamos adotando com relação à segurança pública, buscando uma interação com a sociedade por meio de parcerias com as comunidades.

Foi com essas parcerias que já implantamos dez Companhias de Polícia Comunitária, sendo oito em Cuiabá e Várzea Grande, uma em Rondonópolis e outra em Cáceres, envolvendo as comunidades. A Polícia Militar está presente diuturnamente nas regiões atendidas, atuando tanto na prevenção quanto na repressão ao crime. Mais treze Companhias Comunitárias serão implantadas ainda este ano na capital e interior. Ficará para o nosso prezado Governador Rogério Salles continuar a implantação das Polícias Comunitárias.

Os resultados têm sido animadores. Nessas áreas onde a Polícia Comunitária já atua, os índices de violência, principalmente de crimes mais graves, como assassinatos, têm diminuído, em média, entre 70% a 90%. Devido ao sucesso evidenciado pelas estatísticas, a proposta de policiamento comunitário de Mato Grosso foi apontada pelo Governo Federal como modelo para os demais Estados.

O policiamento comunitário atende hoje a cerca de 463 mil habitantes, residentes em áreas de maiores índices de violência.

Com a aquisição de equipamentos de proteção, armamentos, viaturas e cursos de capacitação profissional, foram investidos ao longo do ano passado pelo Governo do Estado nove milhões de reais, além de mais de dois milhões de reais com expansão e melhoria.

Eu já convido a todos, para segunda-feira, às 16:00 horas, para a entrega de mais de 98 novas viaturas, mais de 100 motos - enfim, viaturas pequenas, viaturas traçadas -, que eu estou mandando para o interior, onde as estradas são de terra, são mais complicadas. Vamos estar distribuindo segunda-feira para todo o Estado de Mato Grosso.

Também concluímos a remodelação e reforma física completa do Centro Integrado que nós estamos denominando de "Pomeri". "Pomeri" é uma cerimônia que os índios de uma determinada etnia, que eu não me lembro o nome agora, realizam para dar a maior idade para os adolescentes índios. Em homenagem a esse grupo, nós estamos colocando o Centro Integrado de Apoio à Criança e ao Adolescente com o nome de "Pomeri", que vai trabalhar com a recuperação, reintegração social das crianças e adolescentes infratores.

Aqui cabe um parêntese. Esse Centro é o primeiro da América do Sul onde vão trabalhar, dentro dele, todas as entidades envolvidas com crianças e adolescentes infratores: Ministério Público, Judiciário, Poder Executivo, Defensoria Pública, ONGs, DECA. Enfim, tudo que diz respeito à criança e ao adolescente infrator. Nós reformamos e ampliamos uma área de dois mil e quinhentos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

metros quadrados, lá aonde funcionava a antiga Fazendinha, que agora se transformará no Centro Integrado Pomeri.

A segurança pública obteve a terceira dotação orçamentária do Estado, dispondo de aproximadamente 250 milhões por ano, o que corresponde a 17,7% dos recursos disponibilizados para o Poder Executivo.

Continuo defendendo a presença das Forças Armadas na região de fronteira, para evitar e combater a entrada de drogas e armas em nosso Estado e no Brasil, alimentadores que são da violência urbana. As Forças Armadas não podem continuar, neste país, sem um papel eminente como elas sempre tiveram, tem que ter um papel, que é zelar da fronteira. Não quero na minha proposta - eu disse isso ao General Cardoso, na semana passada - transformar as Forças Armadas em milícia, em polícia para trocar tiro nas favelas com bandido. Não, é zelar pela fronteira, combater o narcotráfico, combater o tráfico de armas, porque esses que são os alimentadores, que utilizam as nossas crianças e adolescentes e que promovem essa violência urbana que hoje nós vivemos no país inteiro, e eles estão preparados para isso.

Em relação à política de geração de emprego e renda, continua merecendo destaque o Programa QUALIFICAR, que desde 1995 qualificou cerca de 248 mil trabalhadores urbanos e rurais, incluindo desempregados e jovens que estão ingressando no mercado de trabalho, com investimentos de 58 milhões. O Programa é executado em parceria com o Governo Federal.

Com o Programa de Apoio Direto a Iniciativas Comunitárias-PADIC foram beneficiadas 14 mil famílias com recursos para investimentos em infra-estrutura comunitária, conservação ambiental e pequenas unidades agroindustriais.

Expandimos a oferta do seguro-desemprego, com a intermediação do Sistema Nacional do Emprego-SINE. O SINE, quando eu entrei, praticamente não existia, desorganizado também, desaparelhado. Hoje, o SINE existe em 14 pólos regionais do Estado, atendendo a duzentas e vinte e uma mil e seiscentas pessoas e habilitando trinta mil e novecentos trabalhadores.

No contexto da municipalização da Política Estadual de Emprego e Renda, encontram-se em funcionamento oitenta e dois Conselhos Municipais de Trabalho, o que tem viabilizado a ampliação do microcrédito em todas as áreas para o atendimento, principalmente, da clientela dos programas PRONAF, PROGER E FUNDEI.

Na Assistência Social, demos continuidade à descentralização do Sistema Estadual de Assistência Social, em parceria com as prefeituras municipais e a sociedade organizada, o que possibilitou proporcionar assistência a uma ampla clientela prioritária, constituída por idosos, crianças e adolescentes. Mais importante ainda: implantamos uma nova política social, que não se prende ao mero assistencialismo, mas, ao contrário, busca proporcionar à população carente oportunidades de se organizar e se inserir no meio social, caminhando com suas próprias pernas, construindo o seu próprio futuro.

Com o Projeto Irmão Sol, Irmã Lua, atendemos cerca de seis mil crianças e adolescentes na faixa etária de sete a quinze anos, em situação de risco social. O Projeto Irmão Sol, Irmã Lua trabalha com crianças e adolescentes em situação de risco social, aquele que está na iminência de ir para a marginalidade, para o crime, e são esses que nós atraímos para esse programa, com atividades culturais, esportivas e sociais, tirando-as do ambiente nocivo das ruas.

Hoje, praticamente todos os municípios do Estado, com exceção de alguns poucos recém-criados, contam com os Conselhos Municipais de Assistência Social, sem os quais as prefeituras

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

não tinham acesso a recursos federais. E Conselhos de Idosos também estão sendo implantados.

Os artesãos também estão merecendo atenção especial do Governo, com cursos de capacitação de maior divulgação dentro e fora do Estado. Enfim, também os artesãos receberam carteira profissional, que lhes garante uma justa aposentadoria no futuro.

Com o Programa PETI, de erradicação do trabalho infantil, em parceria com o Governo Federal, foram atendidas onze mil e novecentas crianças e adolescentes de sete a quatorze anos de vinte e oito municípios, que, em grande parte, estavam fora da escola, porque eram obrigadas a trabalhar, muitas vezes em condições subumanas. Também foi desenvolvido um Programa de Combate à Violência e Exploração Sexual Infantil, com ampla campanha de conscientização da comunidade e implantação de serviço de atendimento a denúncias, que teve o apoio da Organização Internacional do Trabalho.

No setor de Justiça, nossas metas continuaram sendo a de promover a cidadania, melhorar e modernizar o Sistema Penitenciário Estadual, dar condições operacionais à Defensoria Pública e disponibilizar assistência técnico-jurídica a milhares de pessoas carentes. Também realizamos concursos públicos e promovemos a melhoria salarial dos servidores.

Aqui, eu informo, também, que além do acordo salarial que fizemos, ontem, com a Defensoria Pública, eu já autorizei a Secretaria de Administração, a Procuradoria-Geral do Estado, a realizar um concurso para mais quarenta Defensores Públicos, Sr. Presidente. Vamos dobrar o número de Defensores Públicos no Estado de Mato Grosso, porque o Defensor Público é o advogado dos pobres, o advogado dos humildes. É para eles, que eles trabalham. Portanto, é um trabalho profundamente humano e social. E a Defensoria Pública vem fazendo um belíssimo trabalho dentro do Estado de Mato Grosso.

Visando melhorar o gerenciamento e a integração do Sistema Penitenciário Estadual, a responsabilidade da sua gestão foi transferida da Justiça para a Segurança Pública, segundo a Assembléia Legislativa aprovou. Em 2001, nós realizamos reforma e ampliação da Penitenciária Agrícola de Palmeiras e da Unidade Prisional da Mata Grande. Estamos em andamento com a Penitenciária Pascoal Ramos, que ficará totalmente nova, onde terá o primeiro hospital de custódia do Estado de Mato Grosso, onde terá unidades de produção, para que o preso possa se ressocializar através do trabalho. Intensificamos as ações de ressocialização de presos com sua profissionalização. Ampliamos as ações da Defensoria Pública, também, oferecendo assistência jurídica a 38.377 pessoas na área cível e 12.174 na área criminal, o que representou um incremento de 15% em relação ao ano de 1999.

O incentivo à cultura e ao esporte, estamos consolidando a estrutura de um sistema estadual de incentivo e promoção de atividades culturais com o fortalecimento e reestruturação dos Conselhos Municipais de Cultura e a criação do Fórum Estadual de Associações Representativas de Artistas e Produtores Locais, o que facilitou o acesso de nossa população aos bens e eventos culturais.

Regulamentamos a Lei Hermes de Abreu, melhoramos a Lei Hermes de Abreu, dando acesso a ela a todos, incluindo, principalmente, os moradores dos diversos municípios nos pequenos projetos, que não tinham acesso a incentivo fiscal nenhum. Hoje, esses poetas populares, esses pequenos escritores, esses músicos, todos têm acesso à Lei Hermes de Abreu, porque nós facilitamos, também, mais um programa de incentivo fiscal.

A Secretaria de Esportes e Lazer deu apoio à realização de eventos esportivos e de lazer em noventa e cinco municípios, formando parcerias com as prefeituras municipais e com a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

sociedade.

Srs. Deputados, esta é a minha última oportunidade, no segundo mandato, de cumprir com o dever constitucional de vir a esta Casa apresentar este longo relatório das realizações do nosso Governo.

Acreditamos ter conseguido dar um novo perfil a Mato Grosso, promovendo uma reestruturação completa na política estadual, modernizando-a, racionalizando-a, tornando-a mais transparente e eficiente na prestação de serviços à sociedade.

Não podemos deixar de ressaltar, mais uma vez, o saneamento das finanças estaduais, a conquista do equilíbrio fiscal, premissas indispensáveis na atual conjuntura econômica nacional e internacional. Por várias décadas não conseguíamos um equilíbrio entre Receita e Despesa. O Estado era administrado de forma irresponsável, gastava-se o que não se tinha, gerando crônicos déficits nas contas públicas. Caminhávamos, sem dúvida, para a ingovernabilidade. Com as duras medidas que adotamos, transformamos completamente essa realidade. Hoje, não só estamos com a situação fiscal equilibrada, como os salários dos servidores estão em dia, e o décimo terceiro é pago no mês de aniversário do servidor.

Todos os servidores tiveram ganhos reais em sua remuneração, durante o nosso período de governo - talvez seja dos poucos Estados, talvez seja poucos estados brasileiros. O Estado vai, portanto, aos poucos, recuperando também a sua capacidade de investimento, o que é muito importante. Saneado, o Estado pode agora dirigir seus investimentos de forma ainda mais intensa, nas áreas que são de sua responsabilidade, como na saúde, segurança, educação, cultura, geração de emprego e assistência social. O Estado não administra mais empresas e companhias deficitárias, insolventes, verdadeiros cabides de empregos, que só oneravam os cofres públicos.

Hoje, o Governo se faz presente no seu devido lugar, promovendo o desenvolvimento com justiça social, melhorando a qualidade de vida dos nossos cidadãos. Todas essas conquistas - eu não poderia, jamais, deixar de registrar aqui nesta Casa - só foram possíveis graças ao decisivo papel desempenhado pelo Poder Legislativo. Diga-se de passagem, nos dois mandatos que tive, a Assembléia Legislativa ajudou-me, e ajudou o Estado de Mato Grosso, tanto no período de 1995 e 1998, como no período de 1999 e 2002. Os Senhores membros desta Casa tiveram a sensibilidade de perceber que vivíamos um novo tempo, que não podíamos mais continuar convivendo com o atraso, com práticas políticas ultrapassadas e arcaicas.

Foi com o voto dos Senhores Deputados que promovemos mudanças estruturais, que se faziam necessárias. O sucesso que Mato Grosso desfruta hoje, destacando-se no cenário nacional e internacional, deve ser creditado não apenas ao nosso governo, mas também ao Poder Legislativo, ao Judiciário, ao Ministério Público, e principalmente ao povo mato-grossense, que a cada dia nos dá demonstrações de extrema capacidade de trabalho e confiança no futuro de nosso Estado.

Eu quero concluir citando uma frase muito usada por um velho e ex-Deputado desta Casa, já falecido, que é o Deputado Milton Figueiredo. Ele dizia o seguinte: “Outros depois de mim melhor farão, é o que eu desejo de coração ao meu querido Estado de Mato Grosso”. Muito Obrigado a todos.

O SR PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – A Assembléia Legislativa tomará na devida consideração a exposição que o Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira acaba de fazer a respeito dos negócios do Estado.

Em nome desta Casa, eu quero agradecer a presença do Dr. Guiomar Teodoro Borges,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

do Conselheiro Branco de Barros, Presidente do Tribunal de Contas e ex-Deputado desta Casa, do nosso eminente Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Leônidas Duarte Monteiro, do Governador Dante de Oliveira, do Senador Antero Paes de Barros, de todos os Secretários de Estado e autoridades aqui presentes.

Convido todos se porem de pé para ouvirmos o Hino de Mato Grosso, executado pela Banda do Corpo de Bombeiros, regida pelo Cabo Edinaldo. Em seguida, a mesma Comissão que fez adentrar as autoridades deverá conduzi-las à sala da Presidência.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO DE MATO GROSSO.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A Presidência suspende esta Sessão por trinta minutos, para que os Senhores Deputados possam se reunir para terminar esta Sessão Solene.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 11:11 HORAS E REABERTA ÀS 11:52 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Declaro reaberta a presente Sessão.

Nós abrimos a inscrição para as Lideranças Partidárias que queiram fazer uso da palavra nesta primeira Sessão.

Solicito ao Deputado J. Barreto que assuma a 2ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO J. BARRETO ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA – Sr. Presidente, eu iria exatamente propor aqui, pela Ordem, em função do adiantado da hora, que as Lideranças Partidárias abrissem mão da fala para nós voltarmos no dia 19, na primeira Sessão, com a presença maior, inclusive da imprensa, porque nós ouvimos atentamente o relatório do Governo e precisamos de tempo, para todos refletirem a respeito de tudo o que o Governador falou aqui. E em função até do esvaziamento, que é natural, por causa do alongamento da Sessão, eu proporia às Lideranças o uso da palavra nas próximas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Esta proposta de Vossa Excelência vai ser avaliada, mas pede a palavra, pela Liderança, o eminente Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO – A Liderança do PPS concorda com a proposição do Deputado Riva.

O Sr. Benedito Pinto – Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO – Eu gostaria apenas de sugerir ao Presidente, uma vez que nós passamos pelo período do “apagão”, uma reunião para definirmos, a partir da próxima semana, se os trabalhos serão realizados em horário normal, se voltam ao normal ou se vai ter alguma mudança. Eu gostaria de contribuir com a Presidência, para nos informar de que forma vai se proceder com o nosso calendário neste ano.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Respondendo a pergunta de Vossa Excelência, Deputado Benedito Pinto, nós vamos voltar com quatro Sessões, como manda o Regimento Interno e a Constituição do Estado. Nós vivemos um período excepcional com o “apagão”, e esta Casa deu a sua contribuição, mas voltaremos às Sessões de terça-feira à noite, quarta-feira pela manhã, quarta-feira à tarde e quinta-feira pela manhã.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

E vamos procurar, durante este primeiro semestre, concentrarmo-nos na votação da maioria dos projetos de lei, concentrarmos nossos esforços para que, a partir do final dos meses de junho, julho, agosto e setembro, Deputado Benedito Pinto, os Srs. Deputados e a Srª Deputada possam se dedicar completamente às eleições, sem prejuízo, claro, para as coisas do Estado. Obviamente, sempre tivemos esse procedimento e obedecemos ao critério de votação de projetos de lei, mas nós vamos concentrar o trabalho mais nesse primeiro semestre.

O Sr. Riva – Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA – Sr. Presidente, como sabem os Srs. Deputados, a maioria das Bancadas aqui é composta por Deputados do interior, e eu queria deixar uma proposta para que Vossa Excelência pudesse decidir ou levar ao Colégio de Líderes: que nós fizéssemos Sessões às terças-feiras à noite, quarta-feira de manhã e à tarde, e eliminássemos a sessão da quinta-feira... Não eliminássemos, mas transferíssemos para quarta-feira à noite, até porque os Deputados que têm a sua base no interior teriam condições de se ausentar daqui de Cuiabá na quinta-feira de manhã.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Vossa Excelência sugere que sejam realizadas sessões às terças-feiras à noite, quartas-feiras de manhã, à tarde e à noite?

O SR. RIVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Eliminando a Sessão da quinta-feira, porque nós estaríamos dentro das quatro Sessões que a Constituição do Estado exige, na normalidade de funcionamento da Assembléia Legislativa...

Essa proposta será submetida aos Líderes Partidários, que vão falar pelas Bancadas, e na próxima Sessão eu gostaria que os Líderes discutissem isso com as suas Bancadas, e já trouxessem para a Mesa uma decisão com relação ao pleito do Deputado Riva.

O Sr. J. Barreto – Solicito a palavra, pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, pela Liderança do Partido Liberal, o nobre Deputado J. Barreto.

O SR. J. BARRETO - Eu concordo com o Deputado Riva em retomar essas conversações, porque nós estamos num ano político, Deputado Gilney Viana, e realmente nós poderíamos, na próxima semana, quando decidirmos a questão das Comissões, já definirmos esse novo cronograma de reuniões. Com certeza, se nós fizermos as quatro Sessões em dois dias, nós estaremos cumprindo a Constituição do Estado e estaremos com tempo para ir para o interior e até aqueles da Capital andarão mais no Estado de Mato Grosso.

Portanto, concordo plenamente com o encaminhamento dado pelo Deputado Riva e a Bancada do PL se reunirá para tratar desse assunto.

O Sr. Alencar Soares - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós também concordamos com essa idéia do Deputado Riva, e eu queria acrescentar para Vossa Excelência, como Presidente desta Casa, sobre o problema do “apagão”. Gostaria de saber se vai continuar esse “apagão”, porque para nós Deputados, principalmente agora que nós vamos ficar na terça-feira, na quarta-feira e na quinta-feira, o desligamento dos nossos gabinetes às 17:00 horas está se tornando ruim, porque nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

trabalhamos durante o dia, e além das Sessões nós temos as Secretarias, e quando são cinco, seis, sete ou oito horas é que nós temos condições de fazer um trabalho interno. Eu perguntaria a Vossa Excelência se haveria possibilidade de prorrogar esse problema da energia elétrica a partir de terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Não, não há mais o problema do “apagão”, e para que nós possamos trazer essa Sessão de quinta-feira para quarta-feira - eu não sei se Vossa Excelência entendeu bem...

O SR. ALENCAR SOARES - Sim! As Sessões serão às terças-feiras à noite; quartas-feiras pela manhã, à tarde e à noite...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - E não se esqueçam, Srs. Parlamentares, das Comissões Técnicas, se efetivado esse calendário, o que não será decidido hoje, senão nós vamos ter prejuízo também em relação às Comissões Técnicas da Casa...

(NESTE MOMENTO, O SR. DEPUTADO GILNEY VIANA INTERPELA O SR. PRESIDENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Não, de forma alguma, porque nas reuniões de terça-feira as Comissões serão convocadas normalmente, no horário das 14:00 horas ou 15:00 horas. Apenas as Sessões Ordinárias serão à noite.

Deputado Alencar Soares, eu creio que essa solução que o Deputado Riva está sugerindo possibilita que o Deputado do interior tenha mais mobilidade e volte na segunda-feira para a Casa. E todo mundo sabe que nós temos hoje, além dos cento e trinta e nove municípios, quase trinta municípios na expectativa de serem emancipados, e nosso trabalho político já passa a ser no município.

Então, nós vamos rodar quase cento e oitenta municípios e é claro que nem todos vão conseguir cumprir essa meta, porque nem todos precisam rodar todos esses municípios, mas seria uma forma o agendamento desse trabalho de Secretaria às segundas-feiras e terças-feiras, concentrando-se nesse trabalho com a Assessoria nas Secretarias de Estado.

O SR. ALENCAR SOARES - Eu concordo plenamente com Vossa Excelência, mas eu estou pedindo que de segunda-feira a quarta-feira não sejam desligadas as luzes dos gabinetes na parte da tarde.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Já acabou o “apagão”.

O SR. ALENCAR SOARES - Então, era só isso. Eu discuti isso com o Deputado Riva, inclusive concordei com a realização de Sessão às terças-feiras à noite, quartas-feiras de manhã, à tarde e à noite - para nós isso é maravilhoso.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com as chuvas que caíram constantemente sobre a região Centro-Oeste, nós estamos sendo notificados que essa questão do “apagão” já acabou, e por isso nós vamos prosseguir com os trabalhos normais.

Continua aberta a palavra para as Lideranças Partidárias.

A Srª Serys Shhessarenko - Solicito a palavra, Sr. Presidente, pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Liderança do PT, a Deputada Serys Shhessarenko.

A SRª SERYS SHHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós gostaríamos de anunciar a nossa decisão partidária de revezamento de liderança. Hoje, nós já passaremos a liderança do Partido dos Trabalhadores ao Deputado Gilney Viana.

Com relação a essa questão, Sr. Presidente, nós precisaríamos de um tempinho, daqui

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2002, ÀS 09:00 HORAS.

até a semana que vem, para discutirmos também. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Determino à Assessoria a anotação da nova Liderança do PT nesta Casa, que, neste ano de 2002, será exercida pelo nobre Deputado Gilney Viana.

Nós encarecemos aos Srs. Parlamentares, Líderes das Bancadas e dos Blocos Partidários, que na próxima semana indiquem os membros das Comissões Técnicas.

Vossas Excelências poderão manter contato prévio com o Dr. Francisco Monteiro, Consultor Técnico-Jurídico da Casa, para que possam tirar dúvida em relação ao número de Deputados para cada Comissão Técnica Permanente da Casa.

A indicação desses nomes para as Comissões Técnicas - eu chamo atenção dos Srs. Parlamentares - é um trabalho muito importante para as agremiações partidárias, para os Blocos Partidários. Portanto, eu chamo a atenção para que ninguém deixe para a última hora, porque nós já temos matérias tramitando na Casa, temos projetos em tramitação.

Continua aberta a palavra para as Lideranças Partidárias (PAUSA)... Não há nenhum Deputado que queira se manifestar.

Compareceram à Sessão os seguintes Senhores Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – Alencar Soares, Roberto Nunes, Riva, Pedro Satélite e Rene Barbour; da Bancada do Partido da Frente Liberal – Campos Neto, Joaquim Sucena e Moacir Pires; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido Popular Socialista – Carlos Brito; da Bancada do Partido Socialista Brasileiro – Nico Baracat; da Bancada do Partido dos Trabalhadores – Gilney Viana e Serys Shhessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista – Amador Tut (PL), André Bringsken (PSDB), Benedito Pinto (PSDB), J. Barreto (PL) e Humberto Bosaipo (PL).

Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Duda Barros, do PSDB; Jair Mariano, do PPS; Wilson Teixeira Dentinho, do PSB; Emanuel Pinheiro, do PDT; e José Carlos Freitas, do Bloco Parlamentar Socialista (PPB).

Nós agradecemos a presença de todos e os convocamos para a Sessão Ordinária de terça-feira, dia 19 de fevereiro de 2002, a partir das 20:00 horas. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Revisada por Ana Lúcia Bigio.